



# PDQI - Programa Demografia, Qualificações e Inclusão

---

## CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS



Cofinanciado pela  
União Europeia

**Aprovado em Comité de Acompanhamento a 27 de março de 2023**  
**Aprovados novos critérios em Consulta escrita a 19 de maio de 2023**  
**Aprovados novos critérios em Comité de Acompanhamento a 06 de junho de 2023**  
**Aprovados novos critérios em Consulta escrita a 17 de agosto de 2023**  
**Aprovados novos critérios em Comité de Acompanhamento a 27 de outubro de 2023**  
**Aprovados novos critérios em Comité de Acompanhamento a 06 de fevereiro de 2024**

## I. Enquadramento

O presente documento pretende criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da Autoridade de Gestão no que concerne ao procedimento de lançamento de avisos de abertura de candidaturas e sua análise subsequente.

Para o efeito importa começar por recordar que o Programa Demografia, Qualificações e Inclusão visa acelerar a trajetória de convergência com os parceiros europeus com melhores indicadores nos domínios das Políticas Ativas de Emprego, da Educação e Formação Profissional e Superior, da Inclusão social e da Igualdade, concorrendo também para intervenções na área da Demografia, nomeadamente através dos seus contributos para os seguintes **objetivos específicos** estabelecidos no artigo 4.º do Regulamento (UE) 2021/1057 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que cria o Fundo Social Europeu Mais (FSE+):

1. Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego e promover o emprego por conta própria e a economia social;
2. Promover uma participação equilibrada em termos de género no mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas e uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida privada;
3. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior e a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência;
4. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional;
5. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos;
6. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso à habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social;
7. Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social.

Tendo presente a prossecução destes objetivos, o texto do PDQI foi estruturado em 7 Prioridades, centradas nas respostas aos principais problemas identificados no diagnóstico de partida, sendo as mesmas prosseguidas pelas tipologias de operação constantes no quadro seguinte. No mesmo estão sinalizadas as Tipologias cobertas até ao momento (06 de fevereiro de 2024), com a indicação da data de aprovação dos respetivos critérios.

Prioridade	Objetivo Específico	Código	Tipologias de operação
I. Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género	ESO4.1 Acesso ao emprego	101	Estágios profissionais (aprovado a 6 de junho de 2023)
		102	Apoios à contratação (aprovado a 6 de junho de 2023)
		103	Estruturas locais de apoio ao emprego
		104	Capacitação dos parceiros sociais da Comissão Permanente de Concertação Social (aprovado a 27 de março de 2023)
	ESO4.3 Conciliação profissional e familiar	105	Promoção da igualdade de género no trabalho, de combate à segregação profissional e de mitigação do gap salarial de género
		106	Serviços e apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar
II. Mais e melhor qualificação inicial para crescer	ESO4.6 Acesso à educação e formação	201	Cursos Profissionais (aprovado a 6 de junho de 2023)
		202	Cursos de Aprendizagem (aprovado a 6 de junho de 2023)
		203	Serviços de Psicologia e Orientação (aprovado a 27 de outubro de 2023)
		204	Promoção da Cultura Científica
		205	Formação Avançada (aprovado a 27 de março de 2023)
III. Mais e melhor (re) qualificação de adultos para crescer	ESO4.7 Aprendizagem ao longo da vida	301	Formações Modulares (aprovado a 6 de junho de 2023)
		302	Vida Ativa (aprovado a 6 de junho de 2023)
		303	Cursos de Especialização Tecnológica
		304	Formação de profissionais do setor da saúde
		305	Centros Qualifica (CQ) (aprovado a 6 de junho de 2023)
		306	Sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
		307	Formação contínua de docentes, formadores e outros agentes de educação e profissionais do sistema ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
IV. Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social	ESO4.8 Inclusão ativa e empregabilidade	401	Cursos de educação e formação de jovens (CEF) (aprovado a 6 de junho de 2023)
		402	Cursos de educação e formação de adultos (EFA) ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
		403	Estágios na iniciativa ALMA
		404	Ações do Mercado Social de Emprego (MSE) (aprovado a 6 de junho de 2023)
		405	Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade (aprovado a 17 de agosto de 2023)
		406	Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade (aprovado a 27 de outubro de 2023)
		407	Inserção Socioprofissional da Comunidade Cigana
		408	Aprendizagem da língua portuguesa para cidadãos estrangeiros (aprovado a 6 de junho de 2023)
		409	Capacitação para a inclusão ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
		410	Planos Locais de Inclusão da População Cigana
		411	Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil de populações imigrantes, refugiados e população ciganas ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
		412	Ações de sensibilização e campanhas (aprovado a 27 de outubro de 2023)
		413	Formação de públicos estratégicos
		414	Capacitação de públicos estratégicos para a cidadania e inclusão, com vista à inclusão de PCDI

Prioridade	Objetivo Específico	Código	Tipologias de operação
		415	Capacitação dos parceiros da economia social do Conselho Nacional da Economia Social (aprovado a 19 de maio de 2023)
		416	Capacitação de agentes e operadores da economia social do Conselho Nacional da Economia Social
V. Mais e melhor acesso a serviços de qualidade	ESO4.11 Acesso a serviços de qualidade	501	Bolsas de ensino superior para alunos carenciados (aprovado a 17 de agosto de 2023)
		502	Plano de recuperação das aprendizagens, promoção do sucesso escolar e combate às desigualdades (aprovado a 6 de junho de 2023)
		503	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) (aprovado a 27 de março de 2023)
		504	Ações no âmbito do Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável
		505	Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente (MAVI)
		506	Qualificação e especialização da intervenção técnica e metodológica destinada a pessoas com deficiência (Centros de Referência)
		507	Centros de Atendimento (CNAIM)/estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes (aprovado a 6 de junho de 2023)
		508	Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género (aprovado a 19 de maio de 2023)
		509	Respostas de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica e violência de género (aprovado a 19 de maio de 2023)
		510	Estruturas de atendimento e acompanhamento a vítimas de tráfico de seres humanos (aprovado a 19 de maio de 2023)
		511	Estruturas de acolhimento a vítimas de tráfico de seres humanos (aprovado a 19 de maio de 2023)
		512	Instrumentos específicos de apoio e proteção às vítimas – Teleassistência ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
		513	Apoio técnico e financeiro a organizações da sociedade civil que atuam na área da igualdade e não discriminação (aprovado a 27 de outubro de 2023)
		514	Qualificação e especialização do sistema nacional de intervenção precoce na infância
		515	Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
516	Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) (aprovado a 6 de junho de 2023)		
517	Programa Escolhas (aprovado a 6 de junho de 2023)		
VI. Combater a privação material	ESO4.13 Combate à privação material	601	Aquisição direta de produtos alimentares e material de base (aprovado a 27 de outubro de 2023)
		602	Distribuição direta de produtos alimentares e material de base e medidas de acompanhamento (aprovado a 27 de outubro de 2023)
		603	Atribuição de um montante financeiro associado ao cartão eletrónico para a aquisição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade e definição das condições para a sua utilização ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
		604	Distribuição indireta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade através da atribuição de cartões eletrónicos para a sua aquisição nos estabelecimentos comerciais aderentes ( <a href="#">aprovado a 2 de fevereiro de 2024</a> )
VII. Assistência Técnica	AT Assistência Técnica	701	Assistência Técnica (aprovado a 6 de junho de 2023)

## II. Apresentação de candidaturas

As candidaturas são apresentadas em contínuo ou em períodos a indicar mediante divulgação pública, nos termos e condições a definir pela Autoridade de Gestão do Programa. Os prazos e as dotações financeiras dos períodos de submissão de candidaturas serão fixados nos respetivos avisos.

Pode a Autoridade de Gestão adotar a modalidade de convite para apresentação de candidaturas, desde que considere fundamentadamente adequado, tendo em consideração, designadamente, os recursos financeiros disponíveis, o potencial leque de beneficiários e o grau de maturidade das operações. Independentemente da modalidade adotada para a apresentação das candidaturas, o aviso terá que, de forma clara, apresentar aos beneficiários todas as condições de acesso e critérios de seleção que lhes são aplicáveis.

## III. Processo de Decisão

O processo de decisão das candidaturas integra quatro fases:

- i) Verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários previstas na regulamentação aplicável aos Fundos Europeus;
- ii) Verificação dos critérios de elegibilidade definidos para a operação pela Autoridade de Gestão do Programa em conformidade com o texto do respetivo Programa e da regulamentação geral e específica dos Fundos Europeus;
- iii) Avaliação do mérito da candidatura, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa.
- iv) Decisão sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A definição das **condições de elegibilidade** dos beneficiários e das operações e das metodologias e procedimentos de seleção (critérios para apreciação do mérito absoluto e/ou relativo) será realizada no quadro dos resultados que visam alcançar através da aplicação de regras comuns propiciadoras da garantia de condições de objetividade, transparência e equidade, definidas na regulamentação de aplicação e inseridas, sempre que possível, em processos de verificação automática integrados no sistema de informação.

A **seleção das candidaturas** a apoiar e a atribuição de financiamento respeitará os princípios da segregação de funções, transparência e contratualização de resultados.

A execução de determinadas tipologias de operações será contratualizada com organismos públicos formalmente competentes pela concretização das políticas públicas nacionais ou dos respetivos instrumentos, os quais se encontram regulamentados, de forma específica, por legislação nacional, que estabelece, nomeadamente, o tipo, a natureza, os destinatários, as condições de acesso, os requisitos, as modalidades e os apoios financeiros a conceder, bem como as competências institucionais pela gestão, decisão e avaliação das operações. Estes organismos assumem, perante a Autoridade de Gestão do PDQI, a qualidade de beneficiários.

Nestes casos e atendendo a que a relação relevante, para efeitos de financiamento, é a que se estabelece entre a Autoridade de Gestão e o **beneficiário responsável pela execução da política pública nacional**, doravante designado por BREPP, não obstante os compromissos que se estabeleçam entre esses organismos e as entidades que executam as correspondentes operações, a metodologia de aplicação dos critérios de seleção e,

sobretudo, os critérios aplicáveis a candidaturas desses beneficiários serão ajustados à natureza dos mesmos e às tipologias de operação de que são responsáveis, uma vez que os mesmos constam na legislação nacional enquadradora do correspondente instrumento de política pública.

Nesse contexto, no âmbito desta contratualização, a Autoridade de Gestão assegurará que os BREPP cumprem as regras em matéria de definição e aplicação desses critérios de seleção, designadamente no que concerne aos princípios da transparência, da não discriminação, da eficiência e da simplificação.

#### IV. Metodologia

Para efeitos de operacionalização do processo de análise técnica onde se apura o mérito da operação, cada critério de seleção é pontuado e a sua relevância ponderada, sendo desagregado em subcritérios sempre que se justifique. Todos os critérios e respetivos ponderadores são divulgados em sede dos respetivos **Avisos de Abertura de Candidaturas (AAC)**, de onde constará também a identificação de quais os critérios que relevam para efeitos de desempate.

Não havendo lugar a concorrência na concretização e financiamento das operações, designadamente no caso de ser um aviso por convite, estas são avaliadas com base no seu **mérito absoluto**. Nesses casos o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de 1, 3 e 5 pontos, em que 5 representa uma valoração Elevada, 3 uma valoração Suficiente e 1 uma valoração Reduzida. Pode ser aplicada uma pontuação 0 uma valoração **“Nula”**, nos casos em que a informação disponibilizada não permite a análise do respetivo critério.

**Caso o aviso de abertura de candidaturas revista a forma de concurso, existindo assim concorrência no financiamento das operações**, o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de 1 a 5 pontos. A análise quantitativa será assim determinada pela ponderação de cada critério no quadro dessa escala de avaliação, sendo o mérito da operação determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, em que 5 representa uma valoração **“Muito bom”**, 4 uma valoração **“Bom”**, 3 uma valoração **“Suficiente”**, 2 uma valoração **“Insuficiente”**, 1 uma valoração **“Muito insuficiente”** e 0 uma valoração **“Nula”** (quando aplicável).

É estabelecida uma pontuação mínima para a seleção das operações, **não podendo esta ser inferior 3 pontos**, independentemente de ser um aviso por convite ou por concurso. Como condição de aprovação pode ainda ser fixada, em sede de Aviso, uma pontuação mínima para alguns dos critérios de seleção, sempre que se justifique.

A classificação será estabelecida com **3 casas decimais** tendo em conta que este método mitiga parte dos potenciais empates.

O desempate de candidaturas será feito através da maior pontuação atribuída nos critérios identificados como tendo prevalência nessas situações, a fixar no respetivo aviso de abertura de candidaturas (por ex. maior pontuação nos critérios de Impacto, seguidos dos critérios de Qualidade).

## V. Princípios gerais aplicados aos critérios de seleção

A seleção de candidaturas basear-se-á em quatro critérios centrais de apreciação, comuns às operações do PT2030: **Adequação à Estratégia, Impacto, Capacidade de Execução e Qualidade da Operação.**

Critérios*	Descrição
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	Avaliação da operação no que diz respeito à relação com os objetivos políticos pretendidos e ainda a sua adequação a outros parâmetros, estratégias públicas e/ou Programas distintos
<b>2. Impacto</b>	Avaliação do potencial contributo e impacto da operação em diferentes vertentes, nomeadamente a nível económico, social, regional, setorial, entre outros
<b>3. Capacidade de Execução</b>	Avaliação da capacidade que a operação tem de se mostrar viável em diversas vertentes, desde a sua viabilidade/capacidade financeira, até tópicos como a capacidade para mobilizar recursos
<b>4. Qualidade da Operação</b>	Avaliação da qualidade da operação e, quando adequado o carácter inovador e diferenciador do mesmo até à adequação do plano de trabalhos proposto, principalmente em termos de eficiência e identificação das necessidades de diagnóstico

*\*A operacionalização/aplicação destes critérios será ponderada em função da natureza das operações a financiar, bem como do tipo de aviso, em particular quando forem avisos por convite, não sujeitos à concorrência, como por exemplo os que forem dirigidos a BREPP. Nesse contexto, poder-se colocar a possibilidade de não aplicação de todos estes critérios centrais a algumas tipologias de operação (e.g, Capacidade de Execução), atendendo à prossecução do princípio da simplificação e da eficácia desse processo.*

Como regras, na valoração destes critérios, ter-se-á presente que:

- Nenhum critério pode assumir uma valoração igual ou superior a 50% nem inferior a 5%
- O total do somatório da ponderação dos critérios tem de perfazer 100%
- A escala de valoração opera na ordem das unidades, excluindo a possibilidade de valores decimais.

Para densificar os critérios acima enunciados em cada uma das Tipologias de operação, são mobilizadas dimensões mais específicas de acordo com as características próprias das intervenções, como por exemplo a política pública subjacente, os resultados a atingir, a concretização de meios a utilizar, ou os aspetos diferenciadores da qualidade, para mencionar alguns exemplos. Os critérios referidos são aprovados pelo Comité de Acompanhamento e devem, em princípio, manter-se estabilizados, por tipologia de operação, ao longo do período de programação.

Para ajudar na concretização da valoração dos critérios aprovados poderão ainda ser definidos subcritérios que serão mobilizados ao nível do Aviso, de acordo com as especificidades do mesmo.

De seguida sistematizam-se os critérios e ponderadores aprovados pelo Comité de Acompanhamento, o que é feito por tipologia de operação, a par de uma descrição da natureza das ações elegíveis, do tipo de beneficiários e dos indicadores de realização e de resultado do Programa, quando aplicável. Em relação a estes últimos, considerou-se ser de inserir a sua referência nos casos em que exista uma articulação direta e exclusiva entre determinada tipologia de operação e um dado indicador de realização e de resultado do Programa.

O presente documento resulta da apreciação do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030 relativamente aos critérios de seleção a serem aplicados a um conjunto diverso de tipologias de operação elegíveis a este programa, alcançando-se a esta data mais de dois terços das TO. Complementa a primeira proposta de critérios de seleção discutida e aprovada na primeira reunião do Comité deste Programa realizada a 27 de março, na segunda reunião do Comité, a 6 de junho, bem como as que foram aprovadas por este Comité por consulta escrita a 19 de maio, 17 de agosto

e 27 de outubro de 2023, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 10.º do regulamento interno do mesmo, aprovado nessa sua primeira reunião.

De referir que, por princípio, incorporará nos critérios de qualidade a avaliação do contributo para os princípios horizontais, garantindo domínios como a igualdade de género, a igualdade de oportunidades e não discriminação, a acessibilidade para as pessoas com deficiência e o desenvolvimento sustentável. Esta incorporação é relativa ao valor acrescentado das operações para além da garantia de requisitos mínimos de admissibilidade a que todos os promotores estão obrigados, em termos de igualdade de género e oportunidades, e não discriminação (ou discriminação positiva), nomeadamente pela utilização de linguagem e formas de comunicação inclusivas e promoção da acessibilidade a todas as pessoas. Os critérios relativos ao contributo para os princípios horizontais devem, na medida do possível e em sede de aviso de abertura de candidaturas, contribuir para que garantam valor acrescentado nessas áreas e em linha com as principais recomendações e disposições europeias nesta matéria, bem como com os instrumentos de política pública nacional de valoração e promoção da igualdade de género e de oportunidades, e respetivo acompanhamento desses instrumentos. Esta incorporação será feita em função da natureza das operações, num esforço de adequação dos critérios à realidade concreta e diversa das operações em análise e do potencial de demonstração do contributo para os princípios horizontais. Adicionalmente, relativamente aos critérios de seleção de Adequação à estratégia, definidos para o contributo das operações para a prossecução das metas estabelecidas para o Programa, estipula-se, como regra geral e quando aplicável, uma valoração mínima de contributo desses critérios que se estabelece no nível 3 (pontuação Suficiente).

Por último, em relação às operações aprovadas ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação de fundos do Portugal 2030 (MEA), criado pela Deliberação n.º 27/2021, de 23 de agosto, da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, a enquadrar no PESSOAS 2030, propõe-se a manutenção do processo de seleção e, conseqüentemente, a aplicação dos respetivos critérios, quando aplicáveis, aprovados pelos Comitês de Acompanhamento dos Programas do Portugal 2020, ao abrigo dos quais foram publicados os respetivos avisos de abertura de candidaturas no contexto deste mecanismo<sup>1</sup>. Esta proposta é apresentada ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro e sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, considerando o definido no artigo 1.º da Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro, bem como na regulamentação comunitária aplicável.

Neste contexto, para as tipologias com operações aprovadas ao abrigo deste mecanismo e que se prevê virem a ser enquadradas no PESSOAS 2030, são também sujeitos à apreciação e aprovação do seu Comité de Acompanhamento os critérios de seleção que foram já mobilizados no respetivo processo de seleção dessas operações no contexto dos respetivos avisos de abertura de candidatura, quando aplicável. Isto atendendo a que esses critérios permitem respeitar as obrigações legais nesta matéria e, desse modo, evitar uma necessidade de (re)avaliação dessas operações com base nos novos critérios e metodologia de aplicação dos mesmos que se propõe para as restantes operações a aprovar no contexto deste programa para essas mesmas tipologias

---

<sup>1</sup> Foram abertos os seguintes avisos ao abrigo deste mecanismo pelo POCH e POISE, por tipologia de operação, podendo esses avisos ser consultados nos sites dos respetivos programas ou no do Portugal 2020:

- Cursos Profissionais – Avisos n.º POCH-H8-2021-06, n.º POCH-H8-2021-07, n.º POCH-H8-2022-03 e n.º POCH-H8-2022-04;
- Cursos de Educação e Formação de Jovens – Avisos n.º POCH-H9-2021-08, n.º POCH-H9-2021-09, n.º POCH-H9-2022-05 e n.º POCH-H9-2022-06;
- Centros Qualifica – Aviso n.º POCH—J4-2023-04;
- Plano de Recuperação das Aprendizagens – Aviso n.º POCH-I4-2021-12 e n.º POCH-I4-2023-02;
- Formação contínua de docentes e outros agentes de educação e formação – Aviso n.º POCH-I4-2022-02;
- Bolsas de ensino superior para alunos carenciados – Avisos n.º POISE-I1-2021-16 e n.º POISE-I1-2022-02;
- Qualificação de Pessoas com deficiência e ou incapacidade – Aviso n.º POISE-I5-2022-01.



de operação.

---

## *Critérios de seleção de Candidaturas*

*- Fichas por tipologia de operação -*

---

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Estágios Profissionais</b></p> <p>Esta tipologia de operação visa possibilitar a realização de uma experiência prática em contexto de trabalho em entidades empregadoras, com vista a apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho, visando a integração profissional de desempregados. Visa também o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.</p>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
<p>Desempregados, incluindo desempregados de longa duração Jovens entre os 18 e os 29 anos</p>	<p>Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação</p> <p>Participantes Jovens entre os 18 e os 29 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta <i>*Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite</i>	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o aumento da empregabilidade	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Apoios à Contratação</b></p> <p>Esta tipologia de operação visa contribuir para a melhoria da qualidade do mercado de trabalho, fomentando a criação e sustentabilidade do emprego, em particular para os públicos com maiores dificuldades de acesso e consubstancia-se na concessão de um apoio à celebração de novos de contratos de trabalho com desempregados inscritos no Serviço Público de Emprego</p>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
<p>Desempregados, incluindo desempregados de longa duração Jovens entre os 18 e os 29 anos</p>	<p>Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação</p> <p>Participantes Jovens entre os 18 e os 29 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o aumento da empregabilidade e da qualidade do emprego	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Capacitação dos Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS)</b></p> <p>Apoio a ações dinamizadas pelos Parceiros Sociais para o desenvolvimento de competências e participação no âmbito das atribuições desse órgão que contribuam para a realização do OE em especial em matéria de promoção do diálogo social e da concertação tripartida entre o Governo e os Parceiros Sociais e de contribuição para a regulamentação das relações de trabalho e para a definição das políticas de rendimentos e preços, de emprego, formação profissional e proteção social.</p> <p>Visa o reforço da sua capacitação institucional, promovendo o trabalho em rede a nível nacional e europeu, bem como outras ações e iniciativas que reforcem o seu papel na melhoria das condições de trabalho e no funcionamento do mercado de trabalho, nomeadamente fóruns, eventos, pareceres, estudos e códigos éticos e de boas práticas.</p>	<p>São beneficiários elegíveis os Parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS)</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 25%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo para a prática de parcerias e do trabalho em rede, incluindo as redes apoiadas pelos Fundos Estruturais	20% - 50%
2.2. Efeito de demonstração, disseminação e valorização dos resultados	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência e adequação da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	20%-30%
4.2. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	
4.3. Grau de incorporação de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	
4.4. Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Cursos Profissionais</b> Percursos de ensino secundário com dupla certificação, que desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional, permitindo a obtenção do nível 3 da ISCED	As entidades beneficiárias dos Cursos Profissionais são: - Escolas Profissionais Públicas e entidades proprietárias de escolas profissionais privadas; - Estabelecimentos Públicos de Educação; - Escolas do Ensino Particular e Cooperativo; - Turismo de Portugal.
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participantes apoiados nos Cursos Profissionais	Diplomados, no tempo próprio, em cursos de formação de dupla certificação  Empregabilidade ou prosseguimento de estudos seis meses após a conclusão da formação

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa, designadamente na adequação à procura pelos alunos e às necessidades do mercado regional e nacional	15% - 30%
1.2. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Média) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a Promoção do Sucesso Escolar e/ou Profissional	20% - 40%
2.2. Potencial da operação para a promoção do emprego de base local	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Capacidade de gestão e implementação da operação	15%-25%
3.2. Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos para acompanhamento das ações propostas durante e após a operação	
<b>Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Ainda no âmbito dos Cursos Profissionais, para as operações MEA aplicam-se os critérios de seleção que constam na tabela em baixo. Estes critérios foram definidos com base no que foi aprovado no âmbito do PT2020 e garante-se a equivalência com os critérios definidos para as operações de Avisos futuros no âmbito do PT2030, assegurando assim a regulamentação aplicável a este período de programação.

<b>Critérios de seleção aplicáveis</b>
<b>Eficácia e impacto em Resultados</b>
1. Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na escola, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade.
2. Relevância da formação proposta face às necessidades regionais e nacionais do mercado de trabalho (cf. Redes de planeamento da oferta formativa), avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias
5. Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região e o apoio à inserção profissional dos diplomados
<b>Eficiência, qualidade e inovação</b>
6. Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata
7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado
8. Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos
<b>Complementaridade e sinergias</b>
3. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho
4. Envolvimento institucional da escola no tecido económico, social e cultural
<b>Igualdade de oportunidades e de género</b>
9. Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho

Neste caso e nos termos dos respetivos avisos abertos ao abrigo deste mecanismo, o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, traduzível numa escala qualitativa que sintetiza o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Os critérios de seleção relativos à eficácia e impacto em resultados e à eficiência, qualidade e inovação devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inovação. Neste âmbito, é ainda estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental.

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Cursos de Aprendizagem</b> Oferta de dupla certificação do SNQ de nível secundário e pós-secundário não superior, desenvolvida em alternância entre a formação teórica e a prática em contexto de trabalho. Potencia a aproximação dos participantes ao Mercado de Trabalho permitindo o prosseguimento de estudos numa modalidade de educação e formação ou de nível superior.	Pode aceder aos apoios concedidos para a execução desta intervenção o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Diplomados, no tempo próprio, em cursos de formação de dupla certificação  Empregabilidade ou prosseguimento de estudos seis meses após a conclusão da formação

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa, designadamente, a melhoria da empregabilidade e a integração no mercado de trabalho por via do potencial formativo em contexto de trabalho	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a promoção do sucesso escolar e/ou profissional	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3 Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Serviços de Psicologia e Orientação</b></p> <p>Visa reforçar o acesso a serviços de apoio e de orientação educativa, que asseguram o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, que intervêm na Orientação escolar e profissional/Desenvolvimento de carreira, bem como apoiam o desenvolvimento do sistema de relações interpessoais na comunidade escolar e entre esta e a sua envolvente social, contribuindo para a igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a escola e o mercado de trabalho</p>	<p>Podem aceder aos apoios a conceder no âmbito da presente secção a DGEstE, na qualidade de organismo responsável pela concretização da respetiva política pública nos termos previstos no artigo n.º 2.º do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1 Contributo do projeto para a promoção do sucesso escolar e/ou profissional	15% - 30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-20%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-40%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	



Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Formação Avançada</b></p> <p>São elegíveis os apoios à Formação Avançada, designadamente as Bolsas de doutoramento alinhados com as prioridades da EREI e da ENEI, com particular prioridade para o apoio a bolsas de doutoramento em ambiente não académico.</p>	<p>É beneficiário elegível a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, enquanto organismo responsável pela concretização do respetivo instrumento de política pública, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril e nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 13º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023 de 22 de março.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.2. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa, designadamente na perspetiva de reforço da formação avançada em meio não académico	10% - 30%
1.3. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Média) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o reforço de doutorados na população ativa, designadamente para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho	20% - 40%
2.2. Reforço da capacidade de I&D e de inovação e impacto na economia e sociedade, incluindo disseminação e valorização dos resultados.	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Capacidade de gestão e implementação da operação	15%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Formações Modulares</b></p> <p>As formações modulares certificadas encontram-se previstas na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual e o seu regime jurídico encontra-se estabelecido na Portaria n.º 66/2022, de 1 de fevereiro, aplicando-se-lhe as devidas adaptações e alterações normativas que venham a ser introduzidas</p> <p>Esta tipologia de operação constitui uma modalidade de formação de dupla certificação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e desenvolvem-se de acordo com os referenciais de competências e de formação associados às qualificações que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).</p>	<p>Podem aceder aos apoios concedidos para a execução das formações modulares certificadas, as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As pessoas coletivas de direito público da administração central;</li> <li>- A rede de centros do IEFP, I.P., incluindo os centros de gestão participada;</li> <li>- As pessoas coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.</li> </ul>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta.	
*Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o aumento das qualificações e competências e/ou promoção da integração no mercado de trabalho ou progressão profissional	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos à proposta formativa apresentada	15%-25%
3.2. Capacidade administrativo-financeira da entidade beneficiária, designadamente através do grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de outras operações da responsabilidade do mesmo beneficiário	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência e adequação da operação e da proposta formativa face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	20%-35%
4.2. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.4. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Vida Ativa</b> Visa proporcionar uma resposta de qualificação que permita a aquisição e/ou valorização e certificação de competências para desempregados inscritos no SPE, que potenciem um regresso mais rápido e sustentável ao MT, bem como a construção gradual de um determinado percurso de qualificação, incentivando a ALV	Pode aceder aos apoios concedidos o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, através da sua rede de centros de formação profissional de gestão direta e de gestão participada, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.,
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o aumento das qualificações e competências e promoção da (re)integração no mercado de trabalho	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3 Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Centros Qualifica</b> Promovem a Aprendizagem ao Longo da Vida e a melhoria das qualificações escolares e profissionais de adultos, valorizando os seus percursos individuais, através da mobilização dos adultos, sobretudo os menos qualificados, da orientação e encaminhamento para percursos de qualificação e do desenvolvimento de processos RVCC com base nos referenciais de competências escolares e ou profissionais integrados no CNQ	Podem aceder aos apoios concedidos para Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC as entidades promotoras de Centros Qualifica, cuja cobertura territorial corresponda às regiões Norte, Centro e Alentejo.
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participantes apoiados nos Centros Qualifica	Adultos apoiados nos Centros Qualifica em processo RVCC ou certificados decorrente desse processo

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa, em particular a melhoria das qualificações da população adulta menos qualificada	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a promoção do aumento das qualificações escolares e profissionais da população adulta	20% - 40%
2.2. Mais-valia para as populações em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1 Adequação dos recursos humanos às ações propostas	15%-25%
3.2. Adequação dos meios físicos e tecnológicos às ações propostas	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3 Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Ainda no âmbito dos Centros Qualifica, para as operações MEA aplicam-se os critérios de seleção que constam na tabela em baixo. Estes critérios foram definidos com base no que foi aprovado no âmbito do PT2020 e garante-se a equivalência com os critérios definidos para as operações de Avisos futuros no âmbito do PT2030, assegurando assim a regulamentação aplicável a este período de programação.

<b>Critérios de seleção aplicáveis</b>
<b>Eficácia e impacto em Resultados</b>
1. Relevância do projeto proposto face às necessidades locais e regionais
2. Contributo para a orientação escolar e profissional e conseqüente reforço da qualificação e empregabilidade de jovens e adultos
3. Relevância dos processos RVCC escolar (para aumento da empregabilidade, contenção dos NEET e prosseguimento de estudos) e profissional face às necessidades regionais e nacionais do mercado de trabalho (cf. Redes de planeamento da oferta formativa), avaliada nomeadamente pelo número potencial de candidatos, procura dos serviços de RVCC
4. Racionalização da oferta de qualificação, contribuindo para o seu equilíbrio territorial face à procura, visando uma adequada resposta às necessidades de qualificação
5. Desempenho do Centro Qualifica em ano(s) anterior(es) e nível de articulação com os SPO
<b>Eficiência, qualidade e inovação</b>
6. Qualificação e experiência dos recursos humanos, nomeadamente nas dimensões pedagógica e de gestão administrativo-financeira
7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado
8. Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos
<b>Igualdade de oportunidades e de género</b>
9. Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho

Neste caso e nos termos dos respetivos avisos abertos ao abrigo deste mecanismo, o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, traduzível numa escala qualitativa que sintetiza o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Os critérios de seleção relativos à eficácia e impacto em resultados e à eficiência, qualidade e inovação devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inovação. Neste âmbito, é ainda estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental.

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego</b></p> <p>Desenvolvimento de instrumentos de suporte à atuação do Serviços Públicos de Emprego para uma lógica assente nas competências, nomeadamente mediante a incorporação da classificação ESCO – European Skills, Competences, Qualifications and Occupations nas metodologias de ajustamento entre oferta e procura emprego, passando a valorizar-se simultaneamente a dimensão de competências (procuradas e oferecidas), a par das qualificações e profissões, nesse processo de ajustamento.</p>	<p>Podem aceder aos apoios a conceder no âmbito da presente Tipologia de operação o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), I.P., enquanto organismo responsável pelo serviço público de emprego em Portugal Continental e a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP), I.P., enquanto entidade responsável pela coordenação nacional do sistema de antecipação de necessidades de qualificação</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública e alinhamento com as áreas de intervenção prioritárias designadamente com a Estratégia de Especialização Inteligente e com a incorporação da classificação ESCO	10% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o ajustamento entre oferta e procura de emprego na dimensão competência articulada com a qualificação/profissão	15% -30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1 Adequação dos meios físicos e tecnológicos às ações propostas	20%-40%
3.2. Capacidade administrativo-financeira	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacto nas intervenções	15%-30%
4.2 Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	
4.3 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.4. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Formação contínua de docentes, formadores e outros agentes de educação e profissionais do sistema</b></p> <p>Apoio à formação contínua de professores, formadores, em particular das componentes profissionalizantes/tecnológicas, tutores da formação em contexto de trabalho (FCT) e outros agentes do sistema de educação e formação.</p>	<p>Podem aceder aos apoios a conceder no âmbito da presente Tipologia de operação os Centros de formação de agrupamentos de escolas, a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral da Administração Escolar e o Instituto de Avaliação Educativa, I.P., bem como outras entidades habilitadas para a formação contínua de docentes, formadores e outros profissionais do sistema.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Relevância da formação proposta face às necessidades institucionais, regionais e nacionais	15% - 30%
2.2 - Contributo para a qualificação do sistema de educação e formação, nomeadamente das componentes profissionalizantes/tecnológicas	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos à proposta formativa apresentada	20%-40%
3.2 Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação	15%-30%
4.2 Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional	
4.3 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.4. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Cursos de Educação e Formação de Jovens</b> Percursos de ensino básico de dupla certificação para alunos com trajetórias de insucesso escolar e risco de abandono escolar precoce. Visam a obtenção do nível básico de educação (ISCED 2) e prosseguimento de estudos, sem prejuízo de promoverem competências para uma profissão. Visam assegurar a inclusão de todos no percurso escolar e a igualdade efetiva de oportunidades.	As entidades beneficiárias desta TO são: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Escolas Profissionais Públicas e entidades proprietárias de escolas profissionais privadas;</li> <li>- Estabelecimentos Públicos de Educação;</li> <li>- Escolas do Ensino Particular e Cooperativo.</li> </ul>
Indicador de Realização de Programa	Indicador de Resultado de Programa
Participantes apoiados em formações de base qualificante	Diplomados, no tempo próprio, em formações de base qualificante

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa, designadamente garantir a conclusão de níveis de ensino básico e a inversão de percursos de insucesso educativo	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Mais-valia para o público-alvo em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Capacidade de gestão e implementação da operação	15%-25%
3.2 Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos para acompanhamento das ações propostas durante e após a operação	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3 Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	



Ainda no âmbito dos Cursos de Educação e Formação de Jovens, para as operações MEA aplicam-se os critérios de seleção que constam na tabela em baixo. Estes critérios foram definidos com base no que foi aprovado no âmbito do PT2020 e garante-se a equivalência com os critérios definidos para as operações de Avisos futuros no âmbito do PT2030, assegurando assim a regulamentação aplicável a este período de programação.

<b>Critérios de seleção aplicáveis</b>
<b>Eficácia e impacto em Resultados</b>
1. Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região
2. Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na escola, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade na oferta de nível secundário
3. Relevância da formação proposta face às necessidades regionais, avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias
5. Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região e o apoio à inserção profissional dos diplomados
<b>Eficiência, qualidade e inovação</b>
6. Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata
7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado
8. Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos
<b>Complementaridade e sinergias</b>
4. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho
<b>Igualdade de oportunidades e de género</b>
9. Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho

Neste caso e nos termos dos respetivos avisos abertos ao abrigo deste mecanismo, o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, traduzível numa escala qualitativa que sintetiza o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Os critérios de seleção relativos à eficácia e impacto em resultados e à eficiência, qualidade e inovação devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inovação. Neste âmbito, é ainda estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental.

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Cursos de educação e formação de adultos (EFA)</b></p> <p>Modalidade de dupla certificação que permite a melhoria das competências de base dos adultos com baixos níveis de qualificação ou fortemente desajustadas, abrangendo adultos com qualificações inferiores ao ensino secundário (CITE 1 ao 3) e que se encontrem em risco de desemprego ou afastados do Mercado de Trabalho</p>	<p>Podem aceder aos apoios a conceder no âmbito da presente Tipologia de operação as entidades de natureza pública, privada ou cooperativa, designadamente estabelecimentos de ensino, centros de formação profissional, autarquias, empresas ou associações empresariais, associações de âmbito nacional, regional ou local e associações sindicais ou sindicatos, sendo que os cursos têm de ser ministrados por entidades formadoras com autorização de funcionamento para a realização dos mesmos, nos termos estabelecidos nos artigos 4.º e 5.º da Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicador de Resultado de Programa
<p>Participantes apoiados em formações de base qualificante</p>	<p>Diplomados, no tempo próprio, em formações de base qualificante</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
<p>1.4. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública e alinhamento com as áreas de intervenção prioritárias</p>	15% - 30%
<p>1.5. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta</p> <p><i>*Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite</i></p>	
<b>2. Impacto</b>	
<p>2.1 Coerência e adequação da operação e da proposta formativa face ao diagnóstico de necessidades apresentado e aos objetivos definidos</p>	15% - 30%
<p>2.2 Contributo da operação à melhoria das competências de base dos adultos com baixos níveis de qualificação ou fortemente desajustadas, encaminhados pelos Centros Qualifica</p>	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
<p>3.1. Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos à proposta formativa apresentada</p>	10%-20%
<p>3.2. Capacidade administrativo-financeira da entidade beneficiária, designadamente através do grau de cumprimento dos resultados acordados e da taxa de execução no âmbito de outras operações da responsabilidade do mesmo beneficiário</p>	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
<p>4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação</p>	20%-40%
<p>4.2. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional</p>	
<p>4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género</p>	
<p>4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental</p>	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Ações do Mercado Social de Emprego (MSE)</b></p> <p>A apoio a desempregados e inativos, em especial aos mais afastados do Mercado de Trabalho e com dificuldade de inserção, através de abordagens integradas para a inclusão ativa, melhorando as competências socioprofissionais, através da manutenção de contacto com o MT, inserindo-os em atividades socialmente úteis, evitando o isolamento e desmotivação para melhoria do perfil de empregabilidade.</p>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
<p>Participantes em ações de trabalho socialmente necessário</p>	<p>Participantes em ações de trabalho socialmente necessário empregados seis meses depois de terminada a participação</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a melhoria das competências socioprofissionais dos desempregados.	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Qualificação de pessoas com deficiência e ou incapacidade</b></p> <p>Ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho. Visa dotar as pessoas com deficiência e ou incapacidade dos conhecimentos e competências necessárias à obtenção de uma qualificação, que lhes permita exercer uma atividade profissional no mercado de trabalho, manter o emprego e progredir profissionalmente de forma sustentada.</p>	<p>Podem aceder aos apoios concedidos, no âmbito da presente tipologia de operações, entidades formadoras certificadas, com estruturas especificamente vocacionadas para a área da deficiência.</p> <p>Para o presente efeito, são consideradas entidades com estruturas especificamente vocacionadas para a área da deficiência as entidades dos setores público, cooperativo ou privado, que tenham por objeto a intervenção junto das pessoas com deficiência e incapacidade ou que possuam experiência comprovada ao nível da reabilitação profissional.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participantes com deficiência	Participantes com deficiência e ou incapacidade certificados no final da formação

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Potencial de valorização de competências e empregabilidade do projeto face à capacidade de integração no mercado de trabalho local, designadamente o desenvolvimento de competências com vista à promoção da empregabilidade de PCDI orientadas para o mercado de trabalho.	15% - 25%
1.2. Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultado do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1 Promoção de competências com vista à promoção da empregabilidade de PCDI através do desenvolvimento de respostas formativas de forma equitativa de acordo com as necessidades do território	10% - 35%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1 Capacidade administrativo-financeira da entidade beneficiário e/ou projeto	10% - 25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	25%-45%
4.2 Recurso à formação pratica em contexto de trabalho	
4.3 Carácter inovador do projeto, nomeadamente no que se refere ao grau de intensidade de TIC's e do contributo para a melhoria de acesso das PCDI às TIC	
4.4. Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.5 Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Ainda no âmbito da Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, para as operações MEA aplicam-se os critérios de seleção que constam na tabela em baixo. Estes critérios foram definidos com base no que foi aprovado no âmbito do PT2020 e garante-se a equivalência com os critérios definidos para as operações de Avisos futuros no âmbito do PT2030, assegurando assim a regulamentação aplicável a este período de programação.

Critérios de seleção aplicáveis
1. Potencial de empregabilidade do projeto face à capacidade de integração no mercado de trabalho local
2. Aproveitamento dos recursos da comunidade local, designadamente das empresas e da utilização dos recursos formativos destinados à população em geral
3. Recurso à formação prática em contexto de trabalho
4. Realização de ações em zonas onde se verifiquem maiores carências em termos de respostas a este público, quer específicas, quer regulares
5. Utilização de materiais desenvolvidos, no âmbito de outras iniciativas, ao nível das tecnologias de informação e comunicação (TIC)
6. Explicitação de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e não discriminação, de igualdade entre homens e mulheres e do desenvolvimento sustentável
7. Grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de outras operações da responsabilidade do mesmo beneficiário

As operações serão objeto de uma apreciação de mérito, suportada na aplicação de uma grelha de análise que consubstancia a operacionalização destes critérios, individualmente valorados, em função dos elementos apresentados pelas entidades beneficiárias nas suas candidaturas e da informação do histórico das mesmas. Tal análise é feita com base numa escala de avaliação qualitativa:

- Inexistente
- Baixo
- Médio
- Elevado

A pontuação mínima necessária para garantir a seleção das candidaturas para financiamento, a qual não poderá ser inferior a 50 pontos, numa escala de 0 a 100.

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Apoio ao emprego de pessoas com deficiência e ou incapacidade</b></p> <p>A presente TO visa apoiar o exercício de uma atividade profissional ou a realização de atividades socialmente úteis, visando o desenvolvimento de competências relacionais, pessoais e profissionais que facilitem a transição das pessoas com deficiência e incapacidade, para o regime normal de trabalho.</p>	<p>Pode aceder aos apoios a conceder no âmbito da presente Tipologia de operação o IEFP, I.P., enquanto organismo responsável pela concretização do respetivo instrumento de política pública, assumindo perante as autoridades de gestão a qualidade de beneficiário, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participantes com deficiência	Sem indicador de resultado

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para o aumento da empregabilidade e da qualidade do emprego de PCDI	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-30%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-30%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Aprendizagem da língua portuguesa para cidadãos estrangeiros (Português língua de acolhimento)</b></p> <p>Tem por objetivo habilitar os cidadãos estrangeiros com situação regularizada, ou em processo de regularização, em Portugal, para uma proficiência em língua portuguesa nos termos do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL), e certificação dos conhecimentos adquiridos. Visa promover, por este meio, o desenvolvimento dos pré-requisitos essenciais ao desenvolvimento das competências sociais e profissionais, que potenciem a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural efetivas.</p>	<p>São beneficiários elegíveis no âmbito da presente tipologia, as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), através dos estabelecimentos de ensino público;</li> <li>- O Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP, I.P.), através da sua rede de centros de gestão direta e participada;</li> <li>- Entidades que integram a rede nacional de Centros Qualifica.</li> </ul>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participantes de origem estrangeira em ações de formação de português	Participantes de origem estrangeira certificados em ações de formação de português

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2. Contributo da operação para os indicadores de resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta* *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a integração dos imigrantes no mercado de trabalho ou para a sua progressão profissional e salarial	20% - 40%
2.2. Contributo da operação para a promoção da cidadania e a integração social e cultural dos imigrantes	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios físicos e tecnológicos às ações propostas	15%-25%
3.2. Adequação do plano de formação aos participantes visados	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Grau de intervenção nos territórios com maior incidência de comunidades imigrantes.	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Capacitação para a Inclusão</b></p> <p>Capacitação e qualificação de grupos vulneráveis, desenvolvendo nomeadamente competências de natureza pessoal e social básicas, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional. Inclui ações para jovens privados de liberdade, através de programas para o desenvolvimento de competências, no período de cumprimento de pena e acompanhamento após o seu termo, bem como respostas integradas dirigidas a NEET em situação de vulnerabilidade para desenvolvimento de projetos que facilitem a ligação entre os jovens e o sistema público de emprego.</p>	<p>Podem aceder aos apoios entidades públicas e privadas sem fins lucrativos e entidades formadoras certificadas. que assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento das ações.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Mais-valia para as populações através, nomeadamente, do contributo para as competências pessoais básicas de grupos vulneráveis em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-30%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Coerência da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	20%-30%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	



Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil de populações imigrantes, refugiadas e população cigana</b></p> <p>Apoio financeiro e técnico a organizações não governamentais (ONG) e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, para consolidação do papel que desempenham junto das populações imigrantes, refugiadas e ciganas, designadamente a ações de capacitação e outras, a atividades de diagnóstico, de elaboração, implementação e monitorização, a divulgação e avaliação de respostas e recursos de apoio à integração dos públicos-alvo, incluindo o apoio a ações de valorização das diversidades culturais linguísticas e religiosas.</p>	<p>Podem aceder aos apoios a conceder no âmbito da presente Tipologia de operação as ONG e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, em cujos objetivos estatutários esteja prevista a promoção dos direitos e interesses das populações imigrantes, refugiadas e população cigana.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo para a abrangência da candidatura quanto ao público-alvo, à cobertura geográfica e populacional e ao desenvolvimento da capacidade técnica da entidade.	15% -30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Grau de experiência da entidade na área de intervenção da operação em causa	20%-40%
3.2. Adequação do perfil da equipa técnica aos objetivos da operação	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	15%-30%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Ações de sensibilização e campanhas</b></p> <p>O apoio destina-se a promover a igualdade de oportunidades e de género, a desconstrução de preconceitos, o diálogo intercultural e inter-religioso, a inclusão de comunidades em situações de vulnerabilidade, bem como da igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, igualdade de tratamento das pessoas com deficiência e ou incapacidade, o combate às discriminações, à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos, mediante uma estratégia de sensibilização das populações e instituições.</p>	<p>Pessoas coletivas de direito público da administração central com âmbito de atuação e competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na área da promoção da igualdade de oportunidades e de género, do combate às discriminações, à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos.</li> <li>- Na área do planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência e ou incapacidade.</li> </ul>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.3 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo para o efeito de demonstração, disseminação e valorização dos resultados	15% -30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios físicos e tecnológicos às ações propostas	20%-40%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia do projeto	15%-30%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Capacitação dos Parceiros da economia social do Conselho Nacional da Economia Social (CNES)</b></p> <p>Apoiar a realização de ações destinadas a promover a capacitação institucional das organizações da economia social membros do CNES, na área da inovação e do empreendedorismo social, potenciando as boas práticas a nível nacional e internacional, promovendo um trabalho em rede a nível nacional e europeu.</p> <p>Visa a implementação de soluções que contribuam para uma melhor gestão e sustentabilidade das organizações, nomeadamente de carácter inovador, bem como a criação de plataformas web que permitam a gestão e partilha de dados das organizações da economia social membros do CNES.</p>	São beneficiários elegíveis as organizações da economia social membros do CNES

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Contributo da operação para o desenvolvimento de competências que visem promover e valorizar a economia social, nomeadamente através da adoção de soluções de carácter inovador	20% - 40%
<b>2. Impacto</b>	
2.1 Contributo para a prática de parcerias e do trabalho em rede, incluindo as redes dinamizadas no âmbito dos Fundos Estruturais	15% - 30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos às ações propostas	10% - 25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência e adequação do projeto e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	20% - 30%
4.2. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.4. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Bolsas de ensino superior para alunos carenciados</b> Visam contribuir para o acesso, a estudantes com dificuldades financeiras, à frequência do ensino superior, público ou privado. Inclui estudantes nas instituições com menor procura e em territórios com menor pressão demográfica, através de bolsas de mobilidade para estudantes deslocados, bem como apoios a PCDI, promovendo a igualdade de oportunidades e integração social.	Podem aceder aos apoios concedidos para a execução dos apoios aos Estudantes do Ensino Superior, a Direcção-Geral do Ensino Superior, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do artigo nº 2 do Artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023 de 22 de março.
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Participantes inativos apoiados	Bolseiros de ação social do ensino superior que concluíram o curso no tempo próprio

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.4 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	20% - 40%
1.5 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a promoção do sucesso educativo no ensino superior	20% - 40%
<b>3. Capacidade de Execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3 Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

**NOTA:** Esta tipologia de operação tem operações aprovadas ao abrigo do Mecanismos Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030, no quadro dos Avisos n.º POISE-I1-2021-16 e n.º POISE-I1-2022-02, sendo que ao abrigo das regras que vigoraram para este Programa do Portugal 2020 e aprovadas pelo seu Comité de Acompanhamento, estando por isso refletidas nesses avisos, não se aplicavam critérios de seleção a esta tipologia porque a mesma era já operacionalizada pela DGES enquanto Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, ao abrigo da regulamentação nacional aplicável a esse período de programação. Contudo, uma vez que no PT 2030 e neste Programa em particular prevê-se a aplicação de critérios de seleção também a este tipo de beneficiário, mesmo que com as devidas adaptações à realidade dos mesmos, conforme expresso no ponto V deste documento, estes critérios de seleção irão ser também aplicados a essas operações aprovadas ao abrigo desse mecanismo.

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Plano de recuperação das aprendizagens, promoção do sucesso escolar e combate às desigualdades</b></p> <p>O Plano 21 23 Escola+ é um instrumento integrado para a recuperação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário, afetados pela interrupção das atividades letivas presenciais devido à pandemia, abrangendo esse grupo vulnerável que em virtude dessa circunstância não desenvolveu as aprendizagens esperadas</p>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos para a execução desta intervenção a Direção Geral da Educação, na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
<p>Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas pelo Plano de Recuperação das Aprendizagens</p> <p>Alunos com dificuldades de aprendizagem abrangidos pelo Plano de Recuperação das Aprendizagens</p>	<p>Redução da Retenção e desistência dos Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas pelo Plano de Recuperação das Aprendizagens</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2 Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a promoção do sucesso escolar	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência e adequação da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Ainda no âmbito do Plano de Recuperação das Aprendizagens, para as operações MEA aplicam-se os critérios de seleção que constam na tabela em baixo. Estes critérios foram definidos com base no que foi aprovado no âmbito do PT2020 e garante-se a equivalência com os critérios definidos para as operações de Avisos futuros no âmbito do PT2030, assegurando assim a regulamentação aplicável a este período de programação.

<b>Critérios de seleção aplicáveis</b>
<b>Eficácia e impacto em Resultados</b>
1. Relevância da iniciativa proposta, carácter inovador e transferibilidade para contextos práticos de aprendizagem, em linha com as prioridades do sistema de educação e de qualificação, designadamente com o Plano Integrado de Recuperação das Aprendizagens
2. Qualidade técnica do projeto, tendo em conta os objetivos a atingir, as ações a desenvolver, as metodologias a utilizar e os resultados esperados
5. Existência de mecanismos de monitorização e avaliação da eficácia, eficiência, adequação e impacte das intervenções
<b>Eficiência, qualidade e inovação</b>
4. Adequação dos Recursos Humanos e dos meios a mobilizar aos resultados pretendidos, em termos da previsível eficácia e eficiência na utilização dos mesmos
6. Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da escola/entidade candidata
7. Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado
8. Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas, equipamentos e recursos didáticos
<b>Complementaridade e sinergias</b>
3. Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional, nacional e internacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho
<b>Igualdade de oportunidades e de género</b>
9. Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho

Neste caso e nos termos dos respetivos avisos abertos ao abrigo deste mecanismo, o mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, traduzível numa escala qualitativa que sintetiza o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Os critérios de seleção relativos à eficácia e impacto em resultados e à eficiência, qualidade e inovação devem representar mais de 50% da ponderação total, reforçando assim o foco em resultados e na qualidade/inovação. Neste âmbito, é ainda estabelecido que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental.

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)</b></p> <p>Visam uma intervenção precoce que responda aos problemas concretos de cada comunidade, reduzindo o insucesso educativo, a retenção e o abandono escolar precoce.</p> <p>Promove as intervenções que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino e a melhoria do sucesso educativo dos alunos, em especial em territórios marcados por fragilidades demográficas ou socioeconómicas.</p> <p>Com base no diagnóstico realizado, que tem em conta os resultados dos processos de monitorização, autoavaliação e de avaliação externa, os planos plurianuais de melhoria de cada agrupamento de escolas e escola não agrupada respeitam os seguintes eixos de intervenção, com os respetivos domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Cultura de escola e lideranças pedagógicas (medidas organizacionais);</li> <li>-Gestão curricular (sucesso escolar na avaliação interna/externa, interrupção precoce do percurso escolar e práticas pedagógicas);</li> <li>-Parcerias e comunidade (eficácia das parcerias e envolvimento da comunidade).</li> </ul>	<p>São beneficiários elegíveis os Agrupamentos Escolares e Escolas Não Agrupadas inseridas em TEIP</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 30%
1.2. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta <i>*Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite</i>	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a promoção do sucesso escolar	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Capacidade de gestão e implementação da operação	10%-15%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência e adequação da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	25%-45%
4.2. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	
4.3. Grau de incorporação de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	
4.4. Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Centros de Atendimento (CNAIM)/estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes</b></p> <p>Apoio à criação e funcionamento de estruturas e respostas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado, que assegurem o acesso a informação em diferentes línguas e suportes a migrantes, nomeadamente através de parcerias com a sociedade civil</p>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos para a execução desta intervenção o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.</p>
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Atendimentos especializados a pessoas migrantes	Utentes satisfeitos com a informação prestada nos atendimentos

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
1.2. Contributo da operação para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta* *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a inclusão ativa de migrantes e requerentes de asilo	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	



Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género</b></p> <p>Apoio a estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência contra as mulheres, violência doméstica e de género, que integram ou venham a integrar a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, incluindo atividades no âmbito da sensibilização.</p>	<p>São beneficiários elegíveis as entidades públicas e as entidades privadas do setor social e solidário e as organizações não-governamentais que desenvolvam ações nos domínios da igualdade de género, da violência doméstica e de género.</p>

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Respostas de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica e violência de género</b></p> <p>Apoio à resposta de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica e de género, que integram ou venham a integrar a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, incluindo atividades no âmbito da sensibilização.</p>	<p>São beneficiários elegíveis as entidades públicas e as entidades privadas do setor social e solidário e as organizações não-governamentais que desenvolvam ações nos domínios da igualdade de género, da violência doméstica e de género.</p>

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Estruturas de atendimento e de acompanhamento a vítimas de tráfico de seres humanos</b></p> <p>Apoio a estruturas que integram ou venham a integrar a rede de apoio e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos, focadas na prevenção e combate do tráfico de seres humanos e na intervenção junto das vítimas, e cuja atuação se concretiza através de equipas multidisciplinares constituída por pessoal especializado.</p>	<p>São beneficiários elegíveis as entidades públicas e as entidades do setor social e solidário e as organizações não-governamentais que desenvolvam ações nos domínios do apoio a vítimas de tráfico de seres humanos.</p>

Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
<p><b>Estruturas de acolhimento e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos</b></p> <p>Apoio a centros de acolhimento e proteção de vítimas de tráfico de seres humanos, que integram ou venham a integrar a rede de apoio e proteção a vítimas de tráfico de seres humanos.</p>	<p>São beneficiários elegíveis as entidades públicas e as entidades do setor social e solidário e as organizações não-governamentais que desenvolvam ações nos domínios do apoio a vítimas de tráfico de seres humanos.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Abrangência do público-alvo e/ou cobertura geográfica e populacional da operação para a prevenção e promoção da segurança, autonomização e autodeterminação de vítimas de violência doméstica, de violência de género e vítimas de tráfico de seres humanos, consoante a tipologia de operações do concurso	15% - 30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Grau de experiência da entidade na área de intervenção da operação em causa	20% - 40%
3.2. Grau de qualificação dos recursos humanos afetos à execução da operação	
3.3. Grau de cumprimento das obrigações contratualizadas no âmbito de outras operações da responsabilidade da entidade	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	15% - 30%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para r um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Instrumentos específicos de apoio e proteção às vítimas – Teleassistência</b> Apoio a estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência contra as mulheres e da violência doméstica, por via do sistema de proteção por teleassistência a vítimas de violência doméstica.	Pode aceder entidade pública com especiais atribuições na conceção e execução das políticas de combate à violência doméstica.

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.6 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo para o efeito de demonstração, disseminação e valorização dos resultados	15% -30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	20%-40%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	15%-30%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Apoio técnico e financeiro a organizações da sociedade civil que atuam na área da igualdade e não discriminação</b></p> <p>Apoio a organizações da sociedade civil, nomeadamente Organizações não Governamentais (ONG), com intervenção nomeadamente na promoção da igualdade entre mulheres e homens, na prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres e violência doméstica, na prevenção e combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, bem como na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.</p>	<p>As ONG e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, em cujos objetivos estatutários estejam previstos a promoção da igualdade de género e ou a prevenção e combate à violência doméstica e de género e ou a prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.3 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo para a abrangência da candidatura quanto ao público-alvo, à cobertura geográfica e populacional e ao desenvolvimento da capacidade técnica da entidade.	15% - 30%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Grau de experiência da entidade na área de intervenção da operação em causa	20%-40%
3.2. Adequação do perfil da equipa técnica aos objetivos da operação	
3.3. Grau de cumprimento das obrigações contratualizadas no âmbito de outras operações da responsabilidade da entidade	
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Coerência da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	15%-30%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização (SPPCJP)</b> Reforço dos recursos humanos e de formação de profissionais que intervêm no SPPCJP e criação de respostas de autonomização de jovens acolhidos em instituições.	Podem aceder aos apoios entidades públicas com especiais atribuições na área da conceção, planeamento, coordenação e execução no âmbito das políticas destinadas a crianças e jovens em perigo, incluindo a promoção e proteção de autonomização para preparação para a vida ativa.
Indicador de Realização de Programa	Indicador de Resultado de Programa
Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais apoiados	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais concluídos

\*Apesar de esta tipologia ter indicador de programa de realização e resultado, tendo em conta que cada operação corresponde a um projeto, o contributo para os indicadores é sempre de 100%, pelo que não se justifica a inclusão do critério de Adequação à Estratégia “contributo da operação para os indicadores de programa, com um mínimo de 3 pontos, dado que todas operações têm o mesmo contributo.

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	20% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo para a abrangência da candidatura quanto ao público-alvo, à cobertura geográfica e populacional e ao desenvolvimento da capacidade técnica da entidade.	20% - 35%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	15%-30%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Coerência da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	10%-35%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3 Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)</b></p> <p>Promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social, num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria</p>	<p>São beneficiários elegíveis as pessoas coletivas de direito público e as pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área do desenvolvimento social, designadamente instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e equiparadas, associações de desenvolvimento local e organizações não governamentais sediadas, preferencialmente, nos territórios a intervir.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Contributo da operação para a satisfação das necessidades dos grupos vulneráveis residentes nos territórios abrangidos.	20% - 40%
2.2. Efeito de demonstração e disseminação dos resultados das ações testadas e consideradas como uma boa prática a manter.	
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Capacidade administrativo-financeira da entidade beneficiária e/ou operação	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Abordagem integrada, complementaridade e sinergias	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Programa Escolhas</b></p> <p>Visa promover a integração social, a igualdade de oportunidades na educação e emprego, combate à discriminação, participação cívica e reforço da coesão social, destinando-se a todas as crianças e jovens de contextos com vulnerabilidade sócio económica, estruturado em 3 áreas estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação, Inclusão digital, Formação e Qualificação;</li> <li>- Emprego;</li> <li>- Dinamização comunitária, Saúde, Participação e Cidadania.</li> </ul>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos para a execução desta intervenção o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., na qualidade de Beneficiário Responsável pela respetiva política pública, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Mais-valia para as populações em termos de melhoria do acesso e redução de desigualdades	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1. Existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	20%-35%
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Aquisição direta de produtos alimentares e material de base</b></p> <p>Aquisição de produtos elegíveis por uma entidade pública, com vista à concretização do objetivo específico previsto na alínea m) do artigo 4.º do regulamento UE 2021/1057</p>	<p>Pode aceder aos apoios concedidos no âmbito desta tipologia o Instituto da Segurança Social, I.P.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.3. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	20% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Mais-valia para as populações em termos de acesso a alimentação mais adequada	20% - 35%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	15%-30%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	10%-35%
4.2 Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	



Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Distribuição direta de produtos alimentares e material de base e medidas de acompanhamento</b></p> <p>Distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento, por parte das entidades parceiras, com vista à inclusão social dos destinatários últimos.</p>	<p>São beneficiários dos apoios previstos no presente concurso para apresentação de candidaturas, as pessoas coletivas de direito público e privado sem fins lucrativos, incluindo do setor cooperativo situadas no território continental.</p> <p>Os beneficiários assumem a qualidade de organizações parceiras, de acordo com as seguintes modalidades:</p> <p>a) <b>Coordenadora/Polo de receção</b>, ao qual compete receber e armazenar os géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, garantindo a respetiva entrega nas instalações das entidades mediadoras.</p> <p>b) <b>Mediadora</b>, à qual cabe a distribuição direta dos géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade aos destinatários finais.</p> <p>Uma mesma organização parceira pode assumir as duas modalidades desde que cumpra todos os requisitos e condições exigidos para cada uma das entidades em causa.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 20%
<b>2. Impacto</b>	
2.1 Contributo da operação para o acompanhamento social de famílias carenciadas no âmbito das Medidas de acompanhamento a desenvolver	15% - 35%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Experiência de distribuição do apoio, preferencialmente adquirida no âmbito da operacionalização do POAPMC	25% - 45%
3.2 Existência de estruturas logísticas que permitam mais facilmente chegar aos destinatários finais.	
<b>4.4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Nível de experiência de atendimento e ou acompanhamento social junto das pessoas mais carenciadas no território de intervenção da candidatura.	15%-35%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3. Grau de incorporação de medidas ou instrumentos que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Atribuição de um montante financeiro associado ao cartão eletrónico para a aquisição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade e definição das condições para a sua utilização</b></p> <p>A presente TO visa apoiar a aquisição de alimentos através da atribuição de um montante financeiro associado ao cartão eletrónico para a aquisição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade, a ser utilizado pelas pessoas mais carenciadas, com o objetivo de mitigar a privação material e promover a integração social de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social.</p>	Podem aceder aos apoios concedidos no âmbito desta Tipologia de operação o Instituto da Segurança Social (ISS), I.P.

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.4. Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	20% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1 Mais-valia para as pessoas mais carenciadas através do contributo para o acesso à aquisição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade	20% - 35%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Adequação dos meios às ações propostas	15%-30%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	10%-35%
4.2 Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<p><b>Distribuição indireta de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade através da atribuição de cartões eletrónicos para a sua aquisição nos estabelecimentos comerciais aderentes.</b></p> <p>A presente tipologia de operação visa apoiar a distribuição indireta de alimentos às pessoas mais carenciadas, através da disponibilização de cartões eletrónicos, por organizações parceiras, públicas ou privadas sem fins lucrativos, para serem utilizados nos estabelecimentos comerciais aderentes, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas.</p>	<p>Podem aceder aos apoios a conceder no âmbito desta Tipologia de operação as pessoas coletivas de direito público e privado sem fins lucrativos, incluindo do setor cooperativo.</p> <p>Os beneficiários assumem a qualidade de organizações parceiras, de acordo com as seguintes modalidades:</p> <p>a) Entidade coordenadora, a quem compete a gestão dos destinatários, assegurar a articulação com o ISS, I. P., e entre as várias organizações parceiras;</p> <p>b) Entidade mediadora, a quem compete receber os cartões eletrónicos e assegurar a respetiva distribuição direta dos mesmos, de acordo com o número de destinatários a abranger, e realizar as ações de acompanhamento previstas nos Nº 2 e 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 48/2022, de 20 de janeiro.</p> <p>A mesma entidade pode ser em simultâneo, entidade coordenadora e mediadora.</p>

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1 Adequação da operação aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa	10% - 20%
<b>2. Impacto</b>	
2.1 Contributo da operação para o acompanhamento social de famílias carenciadas no âmbito das Medidas de acompanhamento a desenvolver	25% - 45%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1. Experiência de distribuição do apoio, preferencialmente adquirida no âmbito da operacionalização do POAPMC	15% - 35%
<b>4.4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Nível de experiência de atendimento e ou acompanhamento social junto das pessoas mais carenciadas no território de intervenção da candidatura	25% - 45%
4.2 Grau de incorporação de instrumentos e medidas que acrescentem valor em termos de igualdade de oportunidades e de género	
4.3 Grau de incorporação de medidas que contribuam para um maior valor acrescentado ambiental	

Tipologia de operação	Tipo de beneficiários
<b>Assistência Técnica</b> As ações de assistência técnica destinam-se ao apoio ao funcionamento das estruturas técnicas de apoio à gestão e acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação e divulgação do Programa em articulação com ações transversais a diversos programas do PT2030.	AG, OI e outros órgãos de governação que estejam associados à gestão e controlo do Programa.  Beneficiários e outros parceiros do Programa, designadamente os representados no seu Comité de Acompanhamento.
Indicador de Realização de Programa	Indicadores de Resultado de Programa
Verificações no local realizadas Estudos e avaliações realizadas Ações de Informação, divulgação e publicitação Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	Não aplicável

Critérios de seleção aplicáveis	Ponderador
<b>1. Adequação à Estratégia</b>	
1.1. Adequação da operação aos objetivos e medidas da intervenção	
1.2 Contributo do projeto para os indicadores de realização comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta *Este critério deverá atingir um mínimo de 3 pontos (pontuação Suficiente) para que a operação possa ser aceite	15% - 30%
<b>2. Impacto</b>	
2.1. Impacto das ações de promoção, comunicação e sensibilização para o ecossistema dos fundos e público em geral	
2.2. Contributo da operação para a capacitação e valorização de competências da entidade e/ou ecossistema dos fundos	20% - 40%
<b>3. Capacidade de execução</b>	
3.1 Adequação dos meios físicos, tecnológicos e humanos às ações propostas	10%-25%
<b>4. Qualidade da Operação</b>	
4.1 Coerência e adequação da operação e das atividades face aos objetivos visados	
4.2. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para a promoção da igualdade de género, igualdade de acesso e não discriminação	
4.3. Grau de incorporação de medidas e ou instrumentos que contribuam para promover um maior valor acrescentado ambiental	20%-35%